ID: SC006068

CARTA CONVITE

Brasília-DF, 13/10/2026

Prezado (a),

O **WWF-Brasil** convida para a participação no processo de contratação **nº** 006068

Somos uma organização não-governamental brasileira e sem fins lucrativos que trabalha para mudar a atual trajetória de degradação ambiental e promover um futuro mais justo e saudável para todos, no qual sociedade e natureza vivam em harmonia.

Abaixo você encontrará o detalhamento deste processo de concorrência.

1. Contextualização

Para promover um futuro em que sociedade e natureza vivam em harmonia, o WWF-Brasil compreende que as unidades de conservação podem ser agentes de transformação social por meio da conservação da biodiversidade, do fortalecimento territorial e da visitação responsável.

No contexto amazônico, o uso público em unidades de conservação (UC) deve ser estruturado de forma gradual, segura e compatível com a capacidade institucional, os desafios logísticos, a proteção dos ecossistemas, o respeito às comunidades locais e tradicionais e o potencial de geração de oportunidades sustentáveis.

O Projeto INOVA Áreas Protegidas é implementado pelo WWF-Brasil no âmbito da Cooperação Técnica BR-T1628 – Programa INOVA para Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A iniciativa tem como objetivo apoiar a gestão e a governança de áreas protegidas na Amazônia, fortalecendo o planejamento, o monitoramento e a implementação responsável do uso público e da visitação na região do Médio Tapajós, no Pará, envolvendo o PARNA da Amazônia e o PARNA do Jamanxim.

A execução do projeto também se articula ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o WWF-Brasil e o ICMBio para o fortalecimento do uso público em unidades de conservação federais. Nesse contexto, o projeto prevê ações voltadas ao aprimoramento dos instrumentos de planejamento, ao monitoramento da visitação, ao fortalecimento das capacidades institucionais e à estruturação de soluções aplicáveis às unidades de conservação do Médio Tapajós.

A região reúne áreas protegidas de grande relevância ambiental e cultural, ao mesmo tempo em que enfrenta pressões como desmatamento, garimpo, mineração, exploração ilegal de madeira, conflitos fundiários e implantação de infraestruturas. Apesar do potencial para a visitação e o turismo responsável, persistem desafios relacionados à capacidade de gestão, segurança, infraestrutura, monitoramento, articulação institucional e implementação das ações previstas nos instrumentos de planejamento.

O ICMBio dispõe de uma estrutura própria de planejamento do uso público. A Portaria ICMBio nº 289/2021 define o Plano de Uso Público – PUP como instrumento técnico e programático que

estabelece estratégias, diretrizes e prioridades, cuja implementação pode demandar programas, protocolos e projetos específicos, elaborados e aprovados de forma incremental conforme as necessidades da unidade de conservação.

No caso do Parque Nacional do Jamanxim, o avanço do planejamento do uso público demanda a consolidação de uma base técnica mais detalhada sobre os atrativos e áreas de interesse para visitação e sobre as condições existentes para seu desenvolvimento, aprofundando o conhecimento sobre os locais com potencial para uso público, suas características, acessos, sensibilidades, riscos, restrições e demais condições que possam favorecer ou limitar sua estruturação.

A presente contratação deverá, portanto, produzir essa base técnica por meio do mapeamento, caracterização e diagnóstico dos atrativos, áreas de interesse e condições habilitantes para a visitação, articulando informações existentes com levantamentos diretos em campo e com as metodologias e referências institucionais do ICMBio para o planejamento do uso público. Os resultados deverão permitir compreender limitações, lacunas de conhecimento e necessidades associadas ao desenvolvimento gradual e responsável do uso público na unidade.

Não se trata, nesta etapa, de elaborar ou formalizar integralmente o PUP do PARNA do Jamanxim, mas de produzir subsídios técnicos consistentes que apoiem decisões de gestão e constituam uma base para o planejamento futuro do uso público, inclusive para eventual elaboração posterior do PUP ou de instrumento equivalente.

2. Objeto de Contratação

A consultoria terá como objeto a realização dos serviços de **“Mapeamento e diagnóstico da atratividade e das condições habilitantes para o uso público e elaboração de subsídios ao seu planejamento no Parque Nacional do Jamanxim”**, com a finalidade de produzir uma base técnica integrada para apoiar decisões sobre o desenvolvimento seguro, responsável e gradual do uso público na unidade.

O trabalho compreenderá o mapeamento, a caracterização e o diagnóstico de atrativos e áreas de interesse para uso público, bem como das condições de acesso, riscos, restrições, sensibilidades ambientais, relações territoriais, capacidades institucionais e demais condições habilitantes relevantes à visitação.

A partir dos levantamentos e análises realizados, deverão ser produzidos subsídios técnicos, diretrizes e prioridades para o planejamento futuro do uso público da unidade, inclusive para apoiar a futura elaboração do Plano de Uso Público (PUP) ou instrumento equivalente. A contratação não contempla, nesta etapa, a elaboração, aprovação ou formalização integral do Plano de Uso Público da unidade.

Para sua execução, deverão ser considerados, entre outros, os seguintes elementos como referências de informações, diretrizes e metodologias:

- A abordagem metodológica deverá utilizar, naquilo que for pertinente ao objeto desta contratação, as metodologias, ferramentas, categorias de análise e recomendações institucionais adotadas pelo ICMBio para o planejamento e a gestão do uso público,

especialmente as Orientações Metodológicas para Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais e o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC, bem como outros roteiros, manuais, cadernos, orientações e normativas do ICMBio aplicáveis ao mapeamento, caracterização, diagnóstico e planejamento da visitação, considerando suas versões vigentes durante a execução dos trabalhos, sem prejuízo de inovação. A adoção dessas referências metodológicas não implica a elaboração integral do PUP no âmbito desta contratação.

- Bancos de dados, levantamentos e estudos sobre recursos naturais, biodiversidade, visitação, gestão, infraestrutura, monitoramento e demais temas relevantes gerenciados ou disponibilizados pelo ICMBio;
- Plano de Manejo do Parque Nacional do Jamanxim e demais instrumentos de planejamento e gestão aplicáveis à unidade;
- Levantamentos e diagnósticos sobre turismo na região, inclusive aqueles em elaboração no âmbito da parceria entre o WWF-Brasil e o Walmart na região do Médio Tapajós, envolvendo a área do PARNA do Jamanxim;
- Informações e estudos existentes sobre fluxos turísticos, infraestrutura, acessibilidade, serviços, projetos, investimentos e iniciativas relacionadas ao turismo e ao uso público no território de influência do Parque;
- Conhecimento técnico da equipe responsável pela gestão do PARNA do Jamanxim e de outras áreas técnicas pertinentes do ICMBio;
- Conhecimentos, percepções, interesses e práticas das comunidades que mantêm relação mais direta com o Parque, em especial as comunidades de São Francisco e Aruri, assegurando seu engajamento direto e qualificado ao longo da execução dos trabalhos, especialmente nas etapas de levantamento, validação e discussão das oportunidades e condições para o uso público.

2.1 Elegibilidade dos Proponentes

Este processo é exclusivo para Pessoas Jurídicas, não sendo permitida a participação de Empresas Individuais (MEI) e Pessoas Físicas.

Propostas que não atendam a este critério serão desconsideradas no processo de avaliação.

3. Cronograma de Atividades

Item	Atividades
1	***Planejamento e alinhamento metodológico****: realizar o planejamento detalhado do trabalho em articulação*

CARTA CONVITE

	com o WWF-Brasil, a equipe responsável pela gestão do PARNA do Jamanxim e demais áreas técnicas pertinentes do ICMBio, incluindo: • *realização de reunião inicial para alinhamento do objeto, escopo, resultados esperados, responsabilidades e fluxos de acompanhamento e validação;* • *levantamento e apropriação das normas, orientações institucionais, instrumentos de planejamento e referências metodológicas do ICMBio relacionadas ao uso público em unidades de conservação federais;* • *análise do Plano de Manejo do PARNA do Jamanxim e demais instrumentos e documentos relevantes para definição das áreas, restrições e condicionantes aplicáveis à visitação;* • *identificação e sistematização preliminar dos estudos, bases de dados, informações geoespaciais e levantamentos existentes ou em andamento que possam subsidiar os trabalhos;* • *elaboração do plano de trabalho, cronograma executivo, estratégia de campo e estratégia de participação e consulta aos atores envolvidos;* *definição da abordagem metodológica para o mapeamento, caracterização e diagnóstico dos atrativos, áreas de*

CARTA CONVITE

	interesse para uso público e respectivas condições habilitantes.
2	***Levantamento e sistematização do contexto de uso público e das informações existentes**: consolidar a base de informações necessária para orientar os levantamentos de campo e o diagnóstico, evitando a duplicação de estudos e identificando lacunas que demandem verificação direta. A atividade deverá incluir:* • *análise das informações existentes sobre recursos e valores naturais e culturais da UC, atrativos já conhecidos, visitação atual ou eventual, acessos, infraestrutura, serviços, atividades, projetos e iniciativas relacionadas ao uso público;* • *análise do zoneamento, normas e demais disposições do Plano de Manejo pertinentes ao uso público;* • *levantamento das informações disponíveis sobre situação fundiária, usos e relações territoriais que possam constituir condicionantes ou interferir no desenvolvimento da visitação;* • *sistematização das informações existentes sobre riscos, sensibilidades ambientais, sazonalidade, condições logísticas e demais aspectos relevantes para o planejamento da visitação;* • *análise dos estudos e diagnósticos turísticos existentes ou em elaboração para a região, incluindo os desenvolvidos no âmbito da parceria WWF-Brasil/Walmart para o Médio Tapajós;* • *identificação preliminar de atores, comunidades, iniciativas, serviços e estruturas do território relacionados ou potencialmente*

CARTA CONVITE

	relacionados ao uso público da UC; *identificação das principais lacunas de informação a serem verificadas ou complementadas durante os trabalhos de campo.*
3	***Mapeamento de campo dos atrativos, áreas de interesse, acessos e demais elementos relevantes ao uso público**: planejar e executar levantamentos de campo em abrangência e nível de detalhamento compatíveis com as características territoriais, logísticas e ambientais do PARNA do Jamanxim, visando identificar e espacializar os elementos necessários ao planejamento futuro do uso público. A atividade deverá incluir:* • *identificação e georreferenciamento dos atrativos e potenciais áreas de visitação, incluindo elementos naturais, paisagísticos, culturais, históricos, educativos ou recreativos pertinentes;* • *identificação e caracterização das rotas e condições de acesso aos atrativos e áreas de interesse, incluindo acessos internos e conexões com o entorno;* • *identificação das estruturas, equipamentos e serviços existentes relacionados direta ou indiretamente à visitação;* • *registro das características biofísicas, socioculturais e de manejo relevantes para cada área, de acordo com as referências metodológicas do ICMBio e, especialmente, com os atributos utilizados pelo ROVUC;* • *identificação em campo de restrições, sensibilidades, riscos, conflitos de uso e demais condicionantes relevantes para o desenvolvimento da visitação;*

CARTA CONVITE

	• *registro das atividades já realizadas ou potencialmente compatíveis com os atrativos e áreas identificadas;* • *produção de registros fotográficos, fichas de campo, coordenadas geográficas e demais evidências necessárias à caracterização;* • *organização dos dados levantados em base geoespacial digital, em formato editável e compatível com os sistemas utilizados pelo ICMBio.* *A definição final das áreas e rotas a serem objeto de levantamento deverá ser pactuada com o WWF-Brasil e o ICMBio a partir das informações disponíveis e das condições verificadas durante a execução.*
4	***Caracterização e diagnóstico da atratividade e das condições atuais para o uso público:*** *a partir dos levantamentos documentais e de campo, caracterizar e analisar os atrativos e áreas de interesse identificados, considerando tanto seu potencial para proporcionar diferentes oportunidades de visitação quanto as condições existentes para sua estruturação e manejo. A atividade deverá contemplar, quando aplicável:* • *características e valores associados ao atrativo ou área;* • *localização, abrangência e relação com o zoneamento e as normas do Plano de Manejo;* • *condições de acesso, deslocamento, sazonalidade e logística;* • *atividades de visitação existentes e potenciais e públicos associados;* • *atributos biofísicos, socioculturais e de manejo, conforme ROVUC;*

CARTA CONVITE

	• *infraestrutura, equipamentos, sinalização, interpretação e serviços existentes;* • *condições e necessidades relacionadas à segurança da visitação;* • *sensibilidades ambientais, riscos de impacto e necessidades de manejo e monitoramento;* • *condicionantes territoriais, fundiários, institucionais ou normativos;* • *relação com comunidades e demais atores do território;* • *capacidades existentes para operação, gestão, manutenção e monitoramento;* • *principais lacunas, necessidades e condições habilitantes para eventual estruturação da visitação.* *O diagnóstico deverá diferenciar claramente potencial de atratividade de condições atuais de viabilidade e implantação, evitando que a identificação de um atrativo seja interpretada automaticamente como recomendação para sua abertura ou estruturação para visitação.*
5	***Análise das oportunidades de visitação e de sua inserção territorial****: analisar as oportunidades de uso público identificadas considerando o conjunto da UC e sua relação com o território e o destino turístico em que está inserida. A atividade deverá incluir:* • *aplicação do ROVUC, naquilo que for pertinente ao estágio atual de planejamento da unidade, para caracterização das oportunidades e experiências de visitação associadas aos atrativos ou áreas identificadas;* • *análise da complementaridade entre áreas, atrativos, atividades e experiências potenciais;*

CARTA CONVITE

	• *análise da relação das oportunidades identificadas com acessos, fluxos, serviços, atrativos e iniciativas turísticas existentes ou potenciais no entorno da UC;* • *consideração dos estudos disponíveis sobre oferta e demanda turística, perfil de visitantes e fluxos regionais, sem exigir a realização de pesquisa primária de demanda quando inexistente ou incompatível com o estágio atual da visitação;* • *identificação de possíveis conexões com comunidades, prestadores de serviços, iniciativas locais e demais atores relevantes;* *identificação das oportunidades e limitações para participação das comunidades de São Francisco e Aruri e de outros atores locais no desenvolvimento futuro do uso público, respeitando os objetivos e normas da UC.*
6	***Avaliação e priorização das condições habilitantes e áreas de interesse para o desenvolvimento futuro do uso público**: com base no mapeamento e diagnóstico, sistematizar as principais oportunidades, restrições, necessidades e dependências relacionadas à implantação gradual do uso público. A atividade deverá incluir:* • *avaliação comparativa dos atrativos e áreas de interesse considerando atratividade, compatibilidade ambiental e normativa, condições de acesso, segurança, sensibilidade, capacidade de gestão e demais fatores relevantes;* • *identificação das condições mínimas e pré-requisitos necessários para eventual desenvolvimento da visitação em cada área;* • *identificação de estudos, levantamentos, instrumentos de*

CARTA CONVITE

	gestão, autorizações, projetos ou providências adicionais eventualmente necessários; • *identificação de áreas ou oportunidades que possam apresentar maior maturidade para avanços futuros e daquelas cuja estruturação esteja condicionada à resolução prévia de questões específicas;* • *identificação de relações de dependência e possível sequenciamento entre as ações necessárias;* • *espacialização das áreas, atrativos, acessos, oportunidades, restrições e condicionantes relevantes em produtos cartográficos;* • *elaboração de quadro ou matriz síntese que permita apoiar decisões futuras sobre prioridades de planejamento e estruturação do uso público.* *A priorização deverá possuir caráter técnico e indicativo, constituindo subsídio ao planejamento futuro da unidade, sem representar autorização para abertura, implantação ou operação de atividades de visitação.*
7	***Engajamento, discussão técnica e validação dos resultados**: promover, ao longo do trabalho, a participação das equipes e atores que detenham conhecimentos relevantes para o mapeamento e diagnóstico, assegurando a incorporação do conhecimento institucional e territorial. A atividade deverá incluir:* • *reuniões técnicas periódicas com WWF-Brasil e ICMBio para discussão e acompanhamento dos levantamentos;* • *processo de interlocução direta com as comunidades de São Francisco e Aruri, em momentos adequados do levantamento e da validação, respeitando suas*

CARTA CONVITE

	formas de organização e conhecimentos sobre o território; • *consulta ou interlocução, quando pertinente, com outros atores públicos, comunitários, de pesquisa, turismo ou organizações que possuam informações relevantes ao objeto;* • *apresentação e discussão dos resultados preliminares do mapeamento, caracterização e diagnóstico;* • *registro e incorporação fundamentada das contribuições recebidas;* *validação técnica das informações, mapas, classificações e análises que integrarão os produtos finais.*
8	***Consolidação dos subsídios técnicos para o planejamento futuro do uso público**: consolidar os resultados das atividades anteriores em uma base técnica integrada capaz de orientar os próximos processos de planejamento e tomada de decisão sobre o uso público do PARNA do Jamanxim. A atividade deverá incluir:* • *consolidação do inventário e da caracterização dos atrativos e áreas de interesse;* • *consolidação da base cartográfica e geoespacial;* • *síntese das oportunidades de visitação e das condições habilitantes, restrições, lacunas e necessidades identificadas;* • *indicação das áreas e temas que demandem aprofundamentos, estudos ou instrumentos específicos;* • *formulação de diretrizes e recomendações para o desenvolvimento seguro, responsável, gradual e compatível com os objetivos de conservação da unidade;*

CARTA CONVITE

	• *elaboração de recomendações de sequência ou próximos passos para o planejamento do uso público;* • *identificação dos elementos já produzidos pela consultoria que possam ser utilizados como insumos para eventual elaboração futura do Plano de Uso Público ou instrumento equivalente, bem como das lacunas que ainda deverão ser supridas nesse processo.* *Esta atividade não deverá resultar na elaboração, aprovação ou formalização integral do Plano de Uso Público.*

Há Prazo Final	Data
☒ Sim* ☐ Não	180 dias após a assinatura do contrato

*[Prazo Final: Assinalar "Sim" caso a entrega precise ser feita impreterívelmente até alguma data. Essa data deve ser inserida na coluna ao lado]

Necessidade de viagens:

Fornecedor precisará viajar para realizar as atividades?	Destino das viagens*
☒ Sim ☐ Não	[Itaituba e Trairão, Estado do Pará]

* Caso não saiba o destino no momento, preencher com "Sem definição no momento"

4. Entregas esperadas

Abaixo você encontrará a lista de entregas esperadas para esse processo de contratação.

Nº da Entrega	Entrega	Estimado, em dias, para entrega, após assinatura do contrato
Produto 1	**Plano de trabalho**: apresentação da metodologia, cronograma executivo, referências metodológicas e	*15 dias*

CARTA CONVITE

	institucionais a serem adotadas, documentos e bases a serem analisados, estratégia de participação e planejamento dos levantamentos de campo.	
Produto 2	**Relatório de análise preliminar e planejamento dos levantamentos de campo**: sistematização das informações existentes, identificação preliminar de atrativos e áreas de interesse, lacunas de informação, base cartográfica preliminar e definição das áreas, rotas e elementos a serem levantados em campo.	*45 dias*
Produto 3	**Mapeamento e caracterização dos atrativos, áreas de interesse e condições associadas ao uso público**: resultados dos levantamentos de campo, incluindo caracterização dos atrativos e áreas de interesse, acessos, infraestrutura, riscos, sensibilidades, demais condicionantes e base geoespacial e cartográfica correspondente.	*100 dias*
Produto 4	**Diagnóstico integrado da atratividade, oportunidades de visitação e condições habilitantes:** análise integrada dos resultados, incluindo aplicação das referências metodológicas pertinentes do ICMBio, avaliação das oportunidades e restrições, condições habilitantes, lacunas, dependências e priorização indicativa de áreas e temas para o desenvolvimento futuro do uso público.	*145 dias*
Produto 5	**Relatório final e subsídios técnicos para o planejamento do uso público**: consolidação do mapeamento, diagnóstico, base geoespacial, prioridades, diretrizes e recomendações para o desenvolvimento gradual do uso público e para subsidiar a futura elaboração do PUP ou instrumento equivalente.	*180 dias*

É de suma importância que o proponente siga esses itens como referência para elaboração de sua pro posta.

*Esteja atento! Copie e cole estes produtos no arquivo **"Proposta Modelo"** enviado anexo e não altere os produtos, eles serão utilizados para comparar propostas entre os proponentes. Os produtos também serão utilizados posteriormente como comprovação da entrega e liberação dos pagamentos.*

5. Observações

Todos os custos de viagens, traslados, hospedagens, alimentações e demais custos precisam estar incluos na proposta comercial.

- A consultoria deverá indicar claramente as premissas adotadas para estimativa de custos, priorização das ações e definição de viabilidade.
- A consultoria deverá observar diretrizes de conservação, segurança da visitação, respeito às comunidades locais e tradicionais, proteção de dados e boas práticas de participação social.
- Os levantamentos de campo constituem componente central da presente contratação e deverão possuir abrangência, duração, equipe e nível de detalhamento compatíveis com a

extensão territorial, as condições logísticas e a complexidade socioambiental do PARNA do Jamanxim. A proposta técnica deverá indicar a estratégia de campo prevista, cabendo à consultoria dimensionar o número de campanhas, dias de campo, rotas e equipe necessários ao cumprimento integral do objeto. A estratégia será analisada tecnicamente e deverá ser validada pelo WWF-Brasil e pelo ICMBio no Produto 1.

- Não serão considerados suficientes levantamentos exclusivamente baseados em informações secundárias, sensoriamento remoto ou consultas à equipe gestora, sendo obrigatória a verificação direta em campo dos atrativos, áreas de interesse, acessos e demais elementos considerados prioritários para o diagnóstico.
- Eventuais áreas cuja verificação direta não seja possível por razões de segurança, acesso, restrições ambientais ou outras condições justificadas deverão ser explicitamente identificadas no produto, com apresentação da justificativa, fonte das informações utilizadas e grau de incerteza associado à análise.

As recomendações deverão ser práticas, objetivas e compatíveis com a realidade operacional da unidade de conservação.

6. Critérios técnicos para seleção da proposta vencedora

A avaliação se dará pelas 3 seguintes etapas:

Etapa I – Análise Técnica: avaliação da proposta quanto aos critérios técnicos descritos abaixo. Proponentes precisam alcançar, no mínimo, 60 de 100 pontos para avançar para a próxima etapa. A avaliação da proposta quanto aos critérios técnicos se dará de acordo com os itens descritos abaixo, incluindo os itens a) e b).

Critério Técnico para Avaliação	Peso por critério
Experiência do coordenador técnico / especialista em planejamento e gestão do uso público em UCs	*18*
Experiência do Especialista em turismo, atratividade e planejamento da visitação	*12*
Experiência do Especialista ambiental e territorial em áreas protegidas	*12*
Experiência do Especialista em geoprocessamento, cartografia e levantamentos georreferenciados	*12*
Experiência do Especialista em processos participativos e relações socioterritoriais	*6*
Qualidade, adequação e viabilidade da abordagem metodológica proposta	*40*
Total	100

CARTA CONVITE

a) Perfil da equipe chave – 60 pontos

- Para a execução dos trabalhos, cinco perfis de composição de equipe deverão ser atendidas:
  - Perfil 1 – Coordenação técnica / especialista em planejamento e gestão do uso público em unidades de conservação
  - Perfil 2 – Especialista em turismo, atratividade e planejamento da visitação
  - Perfil 3 – Especialista ambiental e territorial em áreas protegidas
  - Perfil 4 – Especialista em geoprocessamento, cartografia e levantamentos georreferenciados
  - Perfil 5 – Especialista em processos participativos e relações socioterritoriais

- Um mesmo profissional poderá atender a mais de um perfil, desde que comprove individualmente os requisitos de formação e experiência correspondentes. A equipe deverá contar, contudo, com no mínimo 3 (três) profissionais-chave. A inclusão de número superior de profissionais não resultará, por si só, em pontuação adicional.

- A formação acadêmica constitui requisito mínimo para enquadramento no respectivo perfil e não será objeto de pontuação adicional. Para enquadramento em cada perfil, o profissional deverá comprovar, além da formação compatível, ao menos uma experiência profissional pertinente às atribuições previstas.

- As experiências deverão ser comprovadas por atestados, declarações de contratantes, contratos acompanhados de documentação de execução ou outros documentos idôneos que permitam identificar o profissional, a natureza dos serviços executados e sua participação. O currículo, isoladamente, não será considerado documento suficiente para comprovação da experiência.

- Os critérios, pesos e notas atribuíveis à equipe chave são apresentados a seguir.

Perfil-chave	Experiência relevante para fins de pontuação	Escala de pontuação	Nota máxima
1. Coordenador(a) Técnico(a) / Especialista em Planejamento e Gestão do Uso Público	Experiência comprovada em planejamento e/ou gestão do uso público em unidades de conservação, incluindo elaboração, implementação ou apoio à elaboração de PUP, planos ou instrumentos de visitação, planejamento de áreas de visitação e atrativos, manejo da visitação ou trabalhos equivalentes	1 experiência = 6 pts; 2 experiências = 10 pts; 3 experiências = 14 pts; 4 ou mais = 18 pts	18
2. Especialista em Turismo, Atratividade e Planejamento da Visitação	Experiência comprovada em diagnóstico de atratividade ou oferta turística, planejamento da visitação, estruturação de experiências/produtos turísticos, análise de fluxos, oferta e/ou demanda, preferencialmente em UCs, áreas naturais ou turismo de natureza	1 experiência = 4 pts; 2 experiências = 8 pts; 3 ou mais = 12 pts	12
3. Especialista Ambiental e Territorial em Áreas Protegidas	Experiência comprovada em levantamentos ou diagnósticos ambientais e territoriais, incluindo análise de sensibilidades, restrições, zoneamento, manejo, acessos ou outros condicionantes ambientais, preferencialmente com atividades de campo em UCs ou áreas protegidas	1 experiência = 4 pts; 2 experiências = 8 pts; 3 ou mais = 12 pts	12

CARTA CONVITE

Perfil-chave	Experiência relevante para fins de pontuação	Escala de pontuação	Nota máxima
4. Especialista em Geoprocessamento, Cartografia e Levantamentos Georreferenciados	Experiência comprovada em SIG, geoprocessamento, cartografia, georreferenciamento e organização de bases geoespaciais aplicados ao planejamento ambiental, territorial, turístico ou de áreas protegidas	1 experiência = 4 pts; 2 experiências = 8 pts; 3 ou mais = 12 pts	12
5. Especialista em Processos Participativos e Relações Socioterritoriais	Experiência comprovada em processos participativos, facilitação, diagnóstico socioterritorial, trabalho com comunidades locais ou tradicionais e/ou articulação de atores, preferencialmente em UCs, áreas protegidas ou territórios socioambientais	1 experiência = 2 pts; 2 experiências = 4 pts; 3 ou mais = 6 pts	6
TOTAL			**60**

b) Metodologia – 40 pontos

Critério	Elementos considerados na avaliação	Escala de pontuação	Nota máxima
1. Compreensão do objeto e adequação às referências metodológicas e institucionais do ICMBio	Compreensão dos objetivos, alcance e limites da contratação; articulação com o referências institucionais aplicáveis ao mapeamento, caracterização, diagnóstico e planejamento do uso público	0 pts: não demonstra compreensão adequada ou apresenta abordagem incompatível com o objeto. 2 pts: compreensão geral, porém genéricas. 4 pts: compreensão adequada, identificando as principais referências e sua aplicação às etapas. 6 pts: compreensão clara e integrada, articulando adequadamente as referências institucionais ao objeto.	6
2. Estratégia e suficiência dos levantamentos de campo	Critérios para seleção e cobertura das áreas e rotas; informações a serem coletadas; instrumentos de campo; logística; composição da equipe; condições de acesso; tratamento de limitações, lacunas e incertezas	0 pts: não apresenta estratégia de campo adequada. 3 pts: prevê campo, mas de forma genérica e sem demonstrar sua suficiência. 6 pts: apresenta estratégia coerente de áreas, rotas, coleta e logística. 8 pts: apresenta estratégia robusta, articulando levantamento prévio, cobertura, equipe, instrumentos, logística e tratamento das limitações. 10 pts: além dos elementos anteriores, demonstra elevada adequação às dimensões e à complexidade territorial e logística, com estratégia consistente para otimização da cobertura e validação das informações.	10
3. Metodologia de mapeamento, georreferenciamento e sistematização geoespacial	Métodos para identificação, registro e espacialização; coleta e tratamento de coordenadas; organização	0 pts: não apresenta metodologia adequada. 2 pts: prevê mapas ou georreferenciamento, mas sem detalhamento suficiente.	7

CARTA CONVITE

Critério	Elementos considerados na avaliação	Escala de pontuação	Nota máxima
	da base geoespacial; produtos cartográficos e arquivos editáveis	5 pts: apresenta método adequado para levantamento, georreferenciamento, sistematização e produção cartográfica. 7 pts: apresenta abordagem integrada e tecnicamente consistente, prevendo classificação, controle e organização dos dados, bases editáveis, metadados e produtos adequados ao uso posterior.	
4. Metodologia de caracterização e diagnóstico da atratividade, oportunidades de visitação e condições habilitantes	Forma de caracterização dos atrativos e áreas de interesse; metodologia de análise da atratividade, oportunidades de visitação e demais condições habilitantes; integração dos atributos	0 pts: não apresenta metodologia compatível. 3 pts: abordagem predominantemente descritiva, com baixa integração entre os elementos analisados. 6 pts: apresenta metodologia adequada para caracterização e análise integrada dos principais elementos previstos no objeto. 8 pts: apresenta metodologia robusta e integrada, distinguindo claramente atratividade/potencial de visitação de viabilidade e condições habilitantes, e permitindo comparar oportunidades, restrições, necessidades, dependências e prioridades.	8
5. Estratégia de participação, interlocução e validação	Articulação institucional; participação das comunidades de São Francisco e Aruri e de outros atores pertinentes; utilização do conhecimento técnico e territorial; momentos de consulta e validação; registro e incorporação das contribuições	0 pts: não apresenta estratégia adequada. 2 pts: prevê consultas ou reuniões, porém de maneira genérica ou apenas ao final. 3 pts: apresenta estratégia adequada de interlocução em momentos distintos do trabalho. 4 pts: apresenta estratégia consistente, indicando objetivos, atores, momentos, formas de incorporação do conhecimento local/técnico e mecanismos de devolutiva e validação.	4
6. Integração metodológica, viabilidade operacional e coerência do plano de trabalho	Encadeamento entre análise secundária, campo, geoprocessamento, diagnóstico, participação e produtos; integração das diferentes especialidades; adequação entre equipe, atividades, cronograma e esforço proposto; mecanismos de acompanhamento e controle de qualidade	0 pts: proposta apresenta inconsistências relevantes ou não demonstra viabilidade. 2 pts: proposta é potencialmente executável, mas apresenta integração limitada entre etapas, equipe e produtos. 4 pts: apresenta sequência lógica, equipe e cronograma compatíveis e boa integração entre as etapas. 5 pts: apresenta elevada coerência e integração entre disciplinas, campo, análise e produtos, com mecanismos adequados de controle e validação e clara compatibilidade entre esforço, equipe, prazo e complexidade territorial.	5
TOTAL			**40**

CARTA CONVITE

Etapa II - Análise de Preço - Os proponentes classificados na Etapa I terão as suas propostas de preço avaliadas e que também poderá chegar ao máximo de 100 pontos.

Etapa III - Análise Final - A nota final será a soma das duas notas anteriores, porém ponderadas, onde a nota técnica tem 70% do peso e a nota de preço tem 30% do peso.

7. Proposta Técnica e Comercial

O proponente deve responder sua proposta **técnica** e **comercial** através do preenchimento do arquivo **"Proposta Modelo" em Excel.**

O proponente também deverá apresentar a **equipe** que fará a execução dos trabalhos e suas atribuições conforme consta na **"Proposta Modelo".**

Sobre a proposta de preço favor apresentar os valores brutos, ou seja, incluindo impostos e encargos. Custos de transporte, deslocamento, alojamento, alimentação e outros custos indiretos, já devem estar dispostos dentro do valor final proposto, não havendo nenhum pagamento adicional.

8. Documentos

Esteja atento aos critérios técnicos que exigem comprovação, certificação e/ou documentos que precisam ser enviados juntos à proposta. **Documentos solicitados neste arquivo, são obrigatórios.**

Fique à vontade para enviar documentos adicionais, referentes a apresentação da empresa ou abordagem.

9. Prazos da concorrência

Envio de dúvidas: até 14/10/2026

Resposta de dúvidas: até 15/10/2026

Envio da proposta: até 16/10/2026

Divulgação do resultado do processo: até 30 dias após o envio das propostas

CARTA CONVITE

Toda a comunicação deve ser feita através do e-mail: compras@wwf.org.br com o seguinte assunto: PROCESSO Nº SC006068_Carta_Convite_Concorrência_Mapeamento e diagnóstico no Parque Nacional do Jamanxim

10. Considerações finais

Atenção! Ao responder este orçamento/proposta, o proponente está de acordo com as regras e disposições gerais do WWF-Brasil disponível para leitura no link.

***